
O poder disciplinar e a coerção na escola: um relato de experiência

Fabiana da Silva Conceição^{1,2}

fabidasilva@gmail.com

ORCID: 0000-0002-47023571

Carlos Alberto Figueiredo da Silva^{2,3}

ca.figueiredo@yahoo.com.br

ORCID: 0000-0002-7429-932X

¹Secretaria Municipal de Educação, Rio de Janeiro, Brasil

²Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, Brasil

³Centro Universitário Augusto Motta, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a coerção e o poder disciplinar em uma escola pública do município de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro, a partir das experiências vivenciadas pela pesquisadora, enquanto coordenadora pedagógica da escola investigada.

Palavras-chaves: Educação, Pedagogia, Relações de poder.

Disciplinary power and coercion at school: an experience report

Abstract

The objective of this work is to reflect on coercion and disciplinary power in a public school in the municipality of Itaboraí, state of Rio de Janeiro, based on the experiences of the researcher, as the pedagogical coordinator of the investigated school.

Keywords: Education, Pedagogy, Power relations.

INTRODUÇÃO

A literatura tem apresentado diversos estudos dedicados ao estudo de comportamentos agressivos e indisciplina. Percebe-se que docentes não estão sabendo como lidar com este fenômeno (Guirado, 1996).

Para Silva e Votre (2009), as relações de poder que ocorrem na escola passam pela coerção, persuasão e sedução. A coerção se dá pela imposição, agressividade e a tentativa de subjugar o outro. As experiências vividas na escola deixam marcas, inspirações e, às vezes, muitas sequelas.

O discurso sobre violência vem crescendo e está presente em todos os domínios da vida social, permeia nossas relações institucionais: família, escola, trabalho, entre outros. A violência, em toda sua complexidade, não se restringe aos crimes ou agressões de ordem física, mas também às formas verbal e psicológica (Murad, Santos & Silva, 2019).

Ao atentar para a violência da escola, o que se pretende é a análise de como a violência vem sendo produzida no próprio espaço escolar, o que nos remete a discussões no campo da ética, haja vista que são essas relações concretas, segundo Foucault, que produzem formas de subjetividade.

A perspectiva é que as análises das relações estabelecidas no espaço escolar evidenciem uma ética denominada, por Foucault (1982), ‘saber de si’, característica da modernidade, em que o indivíduo é sujeito a alguém pelo controle e pela dependência; podendo permitir, a partir de uma técnica política, o exercício de um outro operador ético, nomeado de “cuidado de si”, que é a descoberta do que se pode ou não fazer com certa liberdade.

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno. A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (Foucault, 1995, p. 239).

A escola se tornou o espaço de disciplinarização após as Revoluções Científica e a Industrial, quando a disciplina passou a ser o grande objetivo da sociedade ocidental, e, junto a outras instituições, o espaço escolar passou a ser o espaço de disciplinarização dos corpos, com classes divididas por idades de alunos, com um horário rígido de estudos e professores assalariados (Oliveira, 2003).

Para manter os alunos sobre seu domínio, professores, Inspetores e Equipe Diretiva, utilizam algumas táticas, sendo a ameaça uma das mais comuns, por exemplo: chamar a direção, tirar ponto, teste surpresa, suspensão, só entrar na escola com a presença dos pais ou responsáveis etc. Essas são posturas utilizadas para a imposição da disciplina que acaba gerando o medo, que pode se manifestar na forma de indiferença ou em comportamentos agressivos, pois a escola assim como qualquer outra instituição é regida por um conjunto de normas homogeneizadoras que tem por objetivo disciplinar. Assim, a indisciplina pode ser a não aceitação dessas normas ou o desconhecimento delas. Neste sentido, a violência constitui-se pelas forças de enfrentamento que podem ser manifestadas através de agressões física ou verbal, depredações, brigas na sala de aula ou durante o recreio entre outros atos (Guimarães, 2005).

Conforme afirma Guimarães (1996), a disciplina imposta, ao desconsiderar, por exemplo, o modo como são partilhados os espaços, o tempo, as relações afetivas entre os

alunos, gera uma reação que explode na indisciplina incontrolável ou na violência banal. A educação está muito preocupada em formar um cidadão dinâmico que atenda às necessidades da sociedade capitalista. Mas, não podemos perder de vista a importância do ensino baseado numa relação dialógica e afetiva e de uma educação voltada para a inclusão social.

De acordo com Oliveira (2003), ao narrar uma história, o sujeito sempre tem, como referência, outras histórias elaboradas no interior das práticas sociais. Sendo assim, o sujeito está se constituindo e ao mesmo tempo formando o espaço no qual está inserido, que também o constitui e o aprisiona. Portanto, é preciso que a educação se torne democrática e apresente aos nossos educandos, novas possibilidades de crescimento. Pois ao deixar de assumir essa postura repressiva e coerciva, tornando-se um espaço democrático de fato, onde todos tenham voz e vez a escola contribuirá para a formação de sujeitos politizados conscientes dos seus direitos e deveres.

Mas de acordo com Guimarães (1996), a instituição escolar não pode ser vista apenas como reprodutora das experiências de opressão, de violência, de conflitos advindos do plano macroestrutural. Porém, é necessário salientar que apesar dos mecanismos de reprodução social e cultural, as escolas também acabam produzindo sua própria violência e sua própria indisciplina.

Mas este assunto é cercado de ambiguidade, portanto, ressalta-se a importância de aprofundarmos o estudo acerca deste tema para a área educacional. Desta forma, pretende-se discutir neste estudo o tema: violência na escola, no sentido de esclarecer como estão se construindo as relações de violência no espaço escolar.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a coerção e o poder disciplinar em uma escola pública do município de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro, a partir das experiências vivenciadas pela pesquisadora, enquanto coordenadora pedagógica da escola investigada.

RELATO DE EXPERIÊNCIA E DISCUSSÃO

Encontramos as seguintes definições para violência: qualidade ou ação de violento; constrangimento físico ou moral. Partindo desse conceito, buscaremos um embasamento teórico para uma maior compreensão sobre a violência do espaço escolar (Luft, 2004).

Sposito (2004), ao falar sobre as múltiplas formas de interação entre a violência e a escola, informa que uma das definições mais amplamente aceitas, embora seja extremamente difícil exprimi-la, a partir de uma única categoria explicativa, é que a violência é todo ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso da força. Desta forma, nega-se a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito. Para ela, a própria noção encerra níveis diversos de significação, pois os limites entre o reconhecimento ou não do ato como violento são definidos pelos atores em condições históricas e culturais diversas. Neste sentido, a autora defende a importância de se considerar as práticas mais sutis e cotidianas observadas na sala de aula que veiculam o racismo ou a intolerância, além dos mecanismos relativos à violência simbólica já estudada por Bourdieu.

No papel de Coordenadora Pedagógica de Escola Pública do Município de Itaboraí, estou sempre sendo chamada a intervir nos conflitos ocorridos entre professor e aluno, aluno

e aluno, aluno e inspetor. Na maioria das vezes preciso falar de forma mais enérgica para que o aluno me atenda. Recorri a leituras para entender o poder disciplinar e buscar uma atuação afetiva em que eu não precisasse usar o poder ou a humilhação para estabelecer uma relação de respeito dos alunos para comigo, com os professores e demais profissionais. A partir das literaturas apresentadas, pude entender que o melhor caminho para um ambiente escolar respeitoso é por meio da relação dialógica tão defendida por Paulo Freire e também por meio da afetividade.

A escola em que atuo ainda carrega parte do papel repressivo do estado (Althusser 2003). É um espaço também de disciplinarização com várias regras. Dentre elas, uma das que mais me incomoda e uma grande causadora de conflito é o uso do boné, não vejo sentindo na proibição do uso de boné, mas ainda não consegui romper essa regra, até porque existem outras forças de poder a serem enfrentadas. Para Foucault (2006), o poder é um feixe de relações mais ou menos organizadas, mais ou menos piramidal, mais ou menos coordenado. (Vale ressaltar que como exposto por ele mesmo, mal coordenado).

As regras foram criadas apenas pela escola a partir do Regimento Escolar da Secretaria Municipal de Educação, em consonância com a LBDN 9394/96 e com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) Lei n. 8.069. No ato da matrícula, os pais assinam concordando com essas regras. Penso que essas regras não deveriam ser determinadas pela escola sem a participação de pais, alunos, professores e comunidade escolar. Essas regras nem sempre são apresentadas aos alunos, eles passam a conhecê-las quando as ferem. Não me eximo de tal responsabilidade, mas a partir das leituras pude começar a mudar a minha forma autoritária para uma relação mais afetiva e venho observando resultados positivos. A relação está deixando de ser de medo pelo fato de ser a Coordenadora (já que existe um terror psicológico sobre essa figura), para ser uma relação de respeito e de confiança.

Em alguns momentos se faz necessário atitudes mais severas para conter a agitação desmedida, porém, quando ajo de forma mais autoritária, busco mostrar-lhes que os tenho total respeito, mas que naquele momento tal atitude foi necessária, pois de imediato não conseguimos estabelecer um diálogo, devido à intensidade do conflito. E cada vez mais tenho conquistado o respeito e admiração, além do carinho dos alunos, até mesmo dos alunos envolvidos com o tráfico e/ou usuário de drogas.

Por outro lado, temos professores que se sentem intimidados com as más respostas, palavrões e xingamentos proferidos pelos alunos. Os professores que costumam ter mais conflitos, são os menos afetivos. Estes muitas vezes, acabam se descontrolando emocionalmente, e agindo de forma mais coerciva: convidando o aluno a sair da sala de aula, encaminhando o aluno para Coordenação e/ ou Direção, tirando ponto do aluno. Esses alunos quando encaminhados à Equipe Diretiva, as suas atitudes são registradas no livro de ocorrência e o aluno recebe as sanções de acordo com a gravidade dos seus atos.

Nem sempre, essas sanções resultam em atitudes positivas, muitas vezes percebo que os alunos criam mais rancores com os professores e até mesmo comigo ou com outro membro da Equipe Diretiva. Portanto, a educação pela coerção, pelo poder disciplinar não é o melhor caminho para uma educação autônoma, libertadora. Esses alunos têm os seus corpos doutrinais dentro de um mesmo quadrado numa perspectiva única, sem considerar as

especificidades de cada um. Na maioria das vezes ao conversar com esses alunos, fica claro que já sairiam de casas chateados com problemas familiares.

Neste sentido, é preciso um olhar mais atento, considerando um processo educacional focado num sujeito imerso numa sociedade violenta e excludente, não para puni-lo ou estimulá-lo a romper regras, mas para ajudá-los a compreendê-las e quiçá elaborá-las junto à escola. Para que assim entendam que as regras são importantes para uma convivência mais harmônica, para uma relação de respeito, o direito individual e coletivo e não para uma correlação de forças, ou para legitimar um poder coercivo, disciplinar e simbólico apontando por Bourdieu que também está presente no âmbito escolar.

O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989, p. 8).

A educação deve ter como princípio o aluno como um ser dotado de sentimentos e consciência que embora, ainda não despertada criticamente, é capaz de formar e transformar, que deve ser respeitado, independentemente de sua idade ou posição social. Para que assim, possa ocorrer uma transformação significativa que valorize os princípios ético-estéticos, políticos e sociais. E que seja possível também a transformação dos prédios escolares, tornando-os espaços diferentes do sistema prisional.

De acordo com Maffesoli (*apud* GUIMARÃES, 2005), a violência é um dos elementos estruturantes da sociedade, é uma herança comum a todo e qualquer conjunto civilizacional, ou seja, é uma estrutura constante do fenômeno humano que de maneira paradoxal, representa certo papel na vida em sociedade. Sendo assim, ele não considera a violência como um saldo negativo de ordem bárbara em vias de desaparecimento, mas um fenômeno que precisa ser compreendido em sua ambiguidade expressa tanto nas suas formas destrutivas como nas construtivas. Assim, podemos dizer que a civilização e a barbárie estão caminhando juntas, pois ao passo que a sociedade se torna mais civilizada, torna-se também mais violenta. O que produz a pergunta, por quê este contrassenso?

Para Guimarães (1996) o controle racionalizado da vida social principalmente através do mecanismo da burocratização, culminou numa vida desapropriada de sua conexão, com o coletivo, pois o que predomina é a planificação, a imposição de normas, a repressão e assepsia da existência cotidiana. A vida passa a ser controlada nos mínimos gestos e o indivíduo passa a ser manipulado pelas instituições, pois cada um se torna um espectador passivo de seu próprio destino. Sendo assim, poderemos considerar a imposição de normas como uns dos fatores contribuintes para a produção da violência, haja vista que a sociedade é cercada por conjuntos de regras que tem por objetivo domesticar o sujeito. Mas seria possível uma sociedade sem regras? Pensa-se, que não. Mas não podemos deixar de olhar pelo lado da “coisificação”, ou seja, se são coisas, foram criadas e, portanto, podem ser modificadas. Nesse sentido, a sugestão seria a ruptura de algumas normas, que ao mesmo tempo em que tenta docilizar os

corpos, geram atitudes de repulsas, além de provocar uma exclusão social, já que o aluno que recebe a sensação acaba sobre olhares inspecionadores.

A escola da sociedade disciplinar é aquela em que está presente o controle, a sala de aula é construída no sentido de permitir este controle (visor nas portas, carteiras enfileiradas); o castigo vem através das ameaças e das humilhações, ele é o corretivo para evitar as transgressões: os comportamentos valorizados são aqueles prescritos no campo da ordem (Oliveira, 2003). Sendo assim, há alunos que seguem essas normas escolares de comportamento, talvez, movido pelo medo do castigo ou por achar mais 'lucrativo' não enfrentar professores e equipe pedagógica. Mas há aquele que, ao se sentir humilhado ou injustiçado, revolta-se contra as autoridades que o vitimizam (Taille, 1996). Neste sentido, podemos associar a indisciplina ao sentimento de vergonha.

Para Foucault (2004), a escola do poder disciplinar é aquela que torna os corpos dóceis, preparando-os para o mundo do trabalho, para que desde cedo os alunos aprendam a valorizar o tempo, já que é exigência do capitalismo que se produza mais em menos tempo possível.

De acordo com Freire (2003) o homem é o sujeito de sua própria história, mas, no capitalismo, está acomodado ao mundo como um animal, sem consciência crítica sobre o lugar de submissão que ocupa. É por via de uma educação dialógica que este pode deixar de ser um homem-animal, para se transformar num homem-sujeito. A educação, em vez de considerar o homem como um ser vazio ao qual o mundo o "encha" de conteúdo, deve estimular o desenvolvimento de sua consciência crítica reflexiva. Para ele, uma educação libertadora levará os homens à conscientização, sendo assim, causa de transformação da sociedade. Freire considera que a educação pode ser um instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, mas ele aposta também na educação como um fator de transformação social.

De acordo com Guirado (1996), o poder disciplinar tem por objetivo imediato a reeducação da alma do indivíduo, para que se livre de tendências delinqüências em vida. Para isso, se priva a pessoa da possibilidade de dominar seu próprio tempo, seu fazer, seu lazer. Mas o tempo em referência não é mais o da resistência do corpo dos ataques lentos e parcelados do suplício, e sim o dos processos administrativos que julgarão o erro e determinarão a responsabilidade do réu sobre o crime. Sendo a finalidade deste poder a domesticação do sujeito, para que ele seja capaz de viver em sociedade.

O poder disciplinar caracteriza-se pela vigência, pela sanção normalizadora e pela combinação de ambas num procedimento que lhe é específico, o exame. Até a própria Arquitetura é planejada de tal forma que o menor movimento pode ser regulado e observado (Guirado, 1996).

Assim é a escola do poder disciplinar, planejada para que as pessoas sejam todas iguais. A homogeneização é exercida através de mecanismos disciplinares, ou seja, de atitudes que esquadrinham o tempo, o espaço, o movimento gestos e atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores impondo aos seus corpos uma atitude de submissão e docilidade (Guimarães, 1996). Mas, o mesmo poder que objetiva disciplinar, produz a indisciplina, pois, quem quer se manter sobre olhares observadores e examinadores? Acredita-se, que nem o homem-animal de que fala Paulo Freire, ainda que não o tenham transformado em homem-

sujeito. Já que esta transformação ocorre a partir do desenvolvimento da consciência crítica histórica e social.

Na concepção de Guimarães (1996) uma disciplina homogeneizadora que valha para a escola toda, feita para um conjunto de alunos equivalentes àquela de um passado idealizado, está destinada ao fracasso. Portanto, é preciso que haja uma conscientização por parte dos educadores de que classes homogêneas não existem. Somos seres individualizados com características próprias, ainda que a escola seja planejada para que todos sejam iguais. Ao impor a disciplina partindo deste pressuposto, a escola acaba produzindo a indisciplina. Então, mesmo sendo o papel da escola preparar o sujeito para viver em sociedade, esta deve considerá-lo em sua especificidade.

Segundo Guimarães (1996), a classe é o lugar onde se tece uma complexa rede de relações. Mas se o professor não consegue perceber essa teia, ele concentra conflitos ou na sua pessoa, ou em alguns alunos, não os deslocando para o coletivo. O professor ao exercer uma postura normalizadora, sem considerar a ambiguidade do espaço, no intuito de manter a ordem e acaba provocando a desordem, pois quanto maior for a repressão, maior poderá ser a indisciplina, sendo este o mecanismo de resistência a essa violência.

Portanto, devemos buscar um caminho para um trabalho que satisfaça as demandas sociais e atenda os interesses de todos os alunos, independentemente de sua inteligência ou posição social. O ensino mecanicista deve ser substituído pela relação afetiva e dialógica. A educação deve considerar o homem em ação, em permanente transformação, buscando trabalhar os conhecimentos integrando-os a experiência cotidiana visando à formação de sujeitos ativos.

CONCLUSÃO

É sabido que a violência está presente no nosso dia a dia de diversas formas. Para além das agressões físicas, depredações, mutilações, xingamentos, existe a violência simbólica e existe uma violência conforme os autores citados, produzida pelo poder disciplinar. Essas violências que permeiam a nossa sociedade se reverbera no espaço escolar e nas salas de aula.

A violência do poder disciplinar trata-se de uma violência em que está presente o controle. E na escola, ela se revela conforme as regras, as interações sociais e a relação de poder. Ao não considerar as práticas relacionais que implica um poder, em que o adulto além de se considerar como o detentor do poder do saber, também é quem estabelece as regras de convivências e as sanções, a escola pode contribuir para que crianças e jovens busquem se impor pela força e pela agressão física ou verbal.

As regras, os valores impostos sem uma discussão prévia geram uma forma de segregação e exclusão que atravessam o cotidiano da escola. E assim é se constitui o poder disciplinar, pela imposição de normas disciplinadoras para que o aluno se desenvolva e se encaixe dentro de um padrão preestabelecido socialmente. A escola é projetada e organizada como se todos fossem iguais. O poder disciplinar pode transformar o ambiente da escola em espaços permanentes de conflitos de enfrentamentos e de embates de forma hostil como reação as normas impostas.

Vale ressaltar que o propósito aqui não é romper com as regras da escola e/ou da sociedade, já que as regras fazem partes do processo civilizatório da humanidade. E nem é um incentivo a subversão dessas regras. Mas trazer para o centro da discussão, a reflexão sobre esses conjuntos de normas de formas homogêneas que impõe uma força sobre o corpo no campo da ordem e da obediência.

Se um dos objetivos da educação é de formar sujeitos críticos reflexivos, para atuarem no mundo e com mundo, conforme preconizado por Paulo Freire, uma escola que impõe suas normas sem considerar, o aluno na sua individualidade e sem considerar o ambiente da escola como espaço de produção e reprodução de preconceitos, estamos na contramão desse objetivo.

Embora, esse assunto seja cercado de ambiguidade, pois a violência tem várias nuances, a finalidade foi a violência resultante de um poder que tem como finalidade doutrinar o sujeito. A educação deve contribuir na formação de sujeitos questionadores, para que assim, possam mudar a realidade política e social, a ordem pela ordem, a partir de um ideal desenhado de um bom aluno, impossibilita no desenvolvimento mais emancipatório, autônomo e politizado.

As regras para uma convivência pautada no respeito, considerando o aluno como um ser que pode se desenvolver criticamente, baseada numa relação dialógica e afetiva, permite que os educandos tomem mais consciência dos seus atos e podem minimizar as ações de violência no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

Althusser. L. (2003). Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado. Introdução Crítica de J. A. Guilhon Albuquerque. SP: Graal.

Aquino, J. G (org.). (1996). Indisciplina na Escola – alternativas teóricas e práticas. SP: Summus.

Bourdieu, P. (1989). O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A.

Sposito, M.P.A. (2004). Instituição escolar e a violência IN: CARVALHO. J.S. (org.) Educação, Cidadania e Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (2004). Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes.

Foucault, M. (2006). Microfísica do Poder. RJ: Graal.

Foucault, M. (1982). A Vontade de Saber (História da Sexualidade I). Rio de Janeiro: Graal.

Freire, P. A. (2003). Educação como Prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Guimarães, A. M. (2005). *A Dinâmica da Violência Escolar – conflitos e ambiguidade*. São Paulo: Autores Associados.

Guirado, M. (1996). Poder Indisciplina: os surpreendentes rumos da relação de poder. IN: Aquino, J.G. (org.). *Indisciplina na Escola – alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.

Murad, M., Santos, R. F., & Silva, C. A. F. (Org.). (2018). *Escolas, Violências e Educação Física*. Rio de Janeiro: Jaguatirica.

Oliveira, L. R. (2003). *O Sujeito como Interface na Escola que Reproduz e que transforma*. Tese de Doutorado. SP: Faculdade de educação, USP.

Silva, C. A. F., & Votre, S. J. (2009). Encanto e fascínio: dimensões da sedução na educação. *Pensar a Prática*, 12(3). <https://doi.org/10.5216/rpp.v12i3.6740>

Taille. Y. I. (1996). Indisciplina e o sentimento de vergonha. IN: AQUINO J. G. (Org.) *Indisciplina na Escola – alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.

Recebido em: 27/05/2020

Aceito em: 10/07/2020

Endereço para correspondência:

Fabiana da Silva Conceição

fabidasilva@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons